

上訴案第 262/2018 號

日期：2018 年 7 月 26 日

- 主題：
- 在審查證據方面的明顯錯誤的瑕疵
 - 缺乏審理
 - 工資收入的事實
 - 精神損害賠償
 - 衡平原則
 - 安慰價值
 - 工作能力的永久損害
 - 將來工資的損失
 - 電單車的維修費用

摘 要

1. 《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所述及的在審查證據方面的明顯錯誤，是指法院在認定事實方面出現錯誤，亦即被法院視為認定或未認定的事實與實際在案件中應被認定或不應被認定的事實不相符，或法院從某一被視為認定的事實中得出一個邏輯上不可被接受的結論，又或者法院在審查證據時違反了必須遵守的有關證據價值的規則或一般的經驗法則，而這種錯誤必須是顯而易見的錯誤。
2. 從原審法院的判決書的理由說明部分可見，原審法院單純依照根據卷宗的 276 頁的臨床醫學鑑定作出認定，而沒有對第 288-289、

372 頁的醫療報告作出審理，尤其是沒有對上訴人在以第 154-164 頁、197-205 頁、第 311-340 頁以及第 362-372 頁的請求書追加請求賠償金額的請求作出審理，或者至少必須在說理上排除這些費用與交通意外手的傷害沒有因果關係，這不是審理證據的明顯錯誤的瑕疵，而是一種審理的缺乏，構成刑事訴訟法典第 4 條准用的民事訴訟法典第 571 條第一款 d 項規定的缺乏審理應該審理的問題的瑕疵。

3. 由於這部分的事實涉及對上訴人是否在花費上述請求的醫療費用之時已經痊愈的認定問題，而並非單純確定醫療費用的單據的認定的問題，上訴法院沒有條件對此證據作出審理，應該由原審法院的同一合議庭必須重新對該證據作出審理，重新認定事實，然後作出決定。
4. 作為一個物業公司的東主以及地產中介經紀人，肯定有收入，那麼，原審法院所得出的沒有收入的結論在邏輯上讓人無法接受，很明顯，陷入了審理證據方面的錯誤。
5. 對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。
6. 人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人的精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人的到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。
7. 關於確定了人體的部分永久傷殘率 (IPP) 之後，這種被稱之為“生物實質損害”可以獨立得到賠償，甚至從精神損害的賠償法律依據得到賠償的肯定後，放進物質損害賠償一類計算之。
8. 受害人處於 30%長期無能力狀態且不可能恢復，考慮這種損害的賠償是根據《民法典》第 560 條所規定的，應以金錢訂定對其的賠償。
9. 由於原審法院證實民事原告具有 30%的傷殘率，因此而失去 30%的賺取工資的能力，僅憑此事實，對於確定將來收入損失這些本來

就必須考慮很多不確定因素的請求，以及法律賦予法院對此依照衡平原則作出裁判的權力，應該對這個法益作出保護，而使受害人得到應有的賠償。

10. 由於本合議庭作出了上述發回重審以查明上訴人的具體收入的事實的決定，那麼，作為具有重要因素的工作收入的事實對於決定本上訴問題具有重要意義，原審法院應該在查明該事實之後，作出具體賠償金額的決定。
11. 原審法院根據交通局的車輛檢查報告所載明的車輛損毀的項目確定應該收取的維修費用的項目，沒有任何的錯誤，而原告所作出的“搭單”更換零件的部分費用不應該由民事被告承擔。

裁判書製作人

蔡武彬

上訴案第 262/2018 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告嫌犯 B 為直接正犯，其既遂行為觸犯了一項澳門《刑法典》第 142 條第 3 款（準用第 138 條 c 項）結合五月七日第 3/2007 號法律（《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定及處罰的過失嚴重傷害身體完整性罪，該犯罪應依照《道路交通法》第 94 條(一)項之規定，科處嫌犯禁止駕駛的附加刑，並請求初級法院以普通訴訟程序對其進行審理。

受害人 A 對嫌犯的車輛的保險公司，XX 保險公司，以及嫌犯本人提出民事賠償請求，要求判處被請求人向其賠償 1712627 澳門元（第 60-143 頁），然後分別以第 154-164 頁、197-205 頁、第 311-340 頁以及第 362-372 頁的請求書追加請求了請求賠償金額。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR1-16-0037-PCC 號普通刑事案中，經過庭審作出了以下的判決：

- 嫌犯 B，以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下觸犯了《刑法典》第 142 條第 3 款（準用第 138 條 c 項）結合五月七日第 3/2007 號法律（《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定及處罰之過失嚴重傷害身體完整性罪，判處 210 日的罰金，罰金的日額為澳門幣 90 元，合共罰金澳門幣 18,900 元，若不繳交罰金或不以工

作代替，將處 140 日徒刑。

- 另外，判處禁止嫌犯駕駛為期一年，並根據《道路交通法》第 109 條第 1 款的規定，暫緩執行該禁止駕駛的處罰，為期二年，但緩刑條件為嫌犯須於判決確定後十日內向本庭提交其工作證明。
- 本合議庭現裁定民事損害賠償請求之部份事實獲證明屬實，判決開釋第二被告 B；
- 判處第一被告 XX 保險有限公司須向原告 A 賠償澳門幣 988,916.90 元；該賠償須連同本判決日起計直至完全繳付有關賠償時的法定利息；
- 判處第一被告 XX 保險有限公司須向原告 A 賠償因將來更換人工膝關節而對原告產生的相關醫療及藥物費用，具體金額則留待執行判決時方作結算。

民事原告 A 不服判決，向本院提起上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. O presente recurso vem interposto do duto acórdão de fls. 392 e ss. dos presentes autos proferido pelos Mmos. Juízes que integraram o Tribunal Colectivo a quo.
2. O vício de erro notório na apreciação da prova, contemplado no artigo 400º, nº 2, alínea c), do CPP, existe quando for evidente, perceptível, para um cidadão comum, que o que se teve como provado ou não provado está em desconformidade com o que realmente se provou ou não provou, ou que se retirou de um facto tido como provado conclusão logicamente inaceitável, vício este que resulta dos próprios elementos constantes nos autos, por si só ou com apelo às regras da experiência comum, violando-se dessa forma as regras sobre o valor da prova vinculada ou as legis artis.
3. Ora, imputa a ora recorrente ao duto acórdão em análise um erro notório na apreciação da prova, com respeito ao período de convalescença em que a ora alegante ainda se encontra hoje em dia, devido ao acidente de viação em discussão nos presentes autos, sendo que a recorrente continua a necessitar efectivamente de acompanhamento e tratamento médico.
4. Ora, os relatórios médicos juntos aos autos, designadamente os relatórios de fls. 276, 288 e 289 e 372 estabelecem que a recorrente ainda se encontra em período de convalescença, necessitando de acompanhamento e tratamento médico para além do dia 1 de Setembro de 2016, ao ponto de recorrente ter ainda que se submeter no futuro a três operações cirúrgicas (cfr. doc. de fls. 288 e 289 dos autos), tal como a própria sentença recorrida reconhece expressamente.

-
5. Ora, o Tribunal recorrido não valorou, como devia, aqueles relatórios médicos, designadamente de fls. 276, 288 e 289 e 372 que, sublinhe-se, não foram impugnados por qualquer dos demandados, tanto pelo artigo como pela ré seguradora.
 6. Conclui-se assim que o Tribunal a quo incorreu em erro notório na apreciação de prova ao não admitir as despesas médicas, medicamentosas, hospitalares e de deslocação ao médico posterior a 1 de Setembro de 2016.
 7. Erro esse com influência decisiva na determinação do quantum indemnizatório dos danos patrimoniais no que respeita aos gastos incorridos pela recorrente a esse título.
 8. Violou, pois, a decisão recorrida o disposto no artigo 400º, nº 2, alínea c), do CPP, designadamente a regra sobre o valor da prova vinculada.
 9. Termos em que devem admitidas as despesas médicas, medicamentosas, hospitalares e de deslocação ao médico suportadas pela recorrente a partir de 1 de Setembro de 2016, no total de MOP 3,071.62.
 10. Imputa ainda a ora recorrente ao douto acórdão em análise outro erro notório na apreciação da prova, com respeito aos rendimentos que a recorrente deixou de auferir durante o período em que esteve incapacitada para o trabalho (de 4 de Março de 2015 a 1 de Setembro de 2016) e aos rendimentos que a mesma deixará de auferir no futura por incapacidade para o trabalho (lucros cessantes na modalidade de perda de rendimentos).
 11. A recorrente é titular da sociedade comercial XX 物業一人有限公司 (cfr. fls. 140 e ss. dos autos) que, saliente-se, tem por objecto a intermediação imobiliária, e ainda é agente imobiliária, estando inclusivamente inscrita nessa qualidade, desde 2013, no Instituto da Habitação (cfr. fls. 315 dos autos), sendo que desempenhava essas funções na altura em que se verificou o acidente.
 12. E ficou provado que a recorrente permaneceu internada no hospital durante 25 dias e impossibilitada de trabalhar de 4 de Março de 2015 até 1 de Setembro de 2016 (vide certificados de baixa médica junta aos autos).
 13. Ora, não obstante ter sido alegado que a recorrente auferia cerca de MOP 40,000.00 por mês, conforme documentos que foram apresentados (cfr. fls. 140 a 143), o tribunal recorrido retirou, também aqui, uma ilação ilógica de que não ficou provado de que a recorrente tivesse perdido qualquer rendimento durante este período de convalescença (4/3/2015 a 1/9/2016).
 14. Mesmo que se admita que o tribunal recorrido não tivesse aceite o valor de MOP 40,000.00 (que vem retratado nos documentos de fls. 140 a 143) como sendo o rendimento mensal da recorrente, o certo é que, nesta sede, teria obrigatoriamente de ter fixado, de forma equitativa, o valor da perda de rendimentos da recorrente durante aquele período de incapacidade para o trabalho, ao abrigo do disposto no artigo 560º, nº 6 do CC.
 15. Teria, pois, o Tribunal Recorrido que aceitar o valor de MOP 40,000.00 (ou, quiçá, outro valor ligeiramente inferior àquele) como rendimento mensal da recorrente e, ao abrigo do disposto no artigo 560º, nº 6 do Código Civil, fixar equitativamente o montante concreto dos danos pela perda dos salários durante aquele período de baixa.
 16. Tomando em conta que o acidente ocorreu no dia 4 de Março de 2015 e que provado ficou que a recorrente ficou impossibilitada para trabalhar desde essa data até 1 de Setembro de 2016, sendo que o seu rendimento mensal era de MOP 40,000.00 quando o acidente ocorreu, valor que se considera adequado atendendo a natureza da profissão da recorrente e o desenvolvimento da Região designadamente no mercado imobiliário.
 17. Afigura-se justa e equitativa a fixação de uma compensação no valor de MOP 716,000.00, a título de perda de rendimentos durante aquele período de convalescença (4/3/2015 a 1/9/2016 X MOP 40,000/mês).

-
18. No âmbito da responsabilidade civil, por facto ilícito, dispõe conformemente o artigo 477º do CC que: “Aquele, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios, fica abrangida a indemnizar o lesado pelos danos constantes da violação”.
 19. Quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existiria, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação, sendo a indemnização fixada em dinheiro sempre que a reconstituição natural não seja possível (artigos 556º e 560º, nº 1, do CC).
 20. Considera a recorrente que o valor dos danos não patrimoniais arbitrados pelo Tribunal a quo não se mostra minimamente adequado, sendo que é manifestamente baixo e desajustado em face das lesões e das sequelas físicas e psíquicas emergentes do acidente de viação em apreço que a recorrente sofreu e vai continuar a sofrer para o resto da sua vida.
 21. A fixação da indemnização, a título de danos não patrimoniais, teria que ser operada equitativamente nos termos dos artigos 487º e 489º, nº 3, do CC e tomar ainda em conta os valores correntes adoptados pela jurisprudência.
 22. O valor de MOP400.000,00 apurado pelo Tribunal “a quo”, a título de danos não patrimoniais, não se molda minimamente aos bens jurídicos lesados e aos montantes a que, para circunstâncias similares, a jurisprudência de Macau tem adoptado.
 23. A recorrente sofreu efectivamente graves danos, ficando fisicamente incapacitada para os restos dos seus dias, com deformações permanentes e com sérias mazelas do ponto de vista físico, psíquico e psicológico que a acompanharão para sempre.
 24. Acresce que a recorrente continua a ir continuar para sempre a sofrer muitas dores na sua perna esquerda, estando psicologicamente totalmente destroçada como resulta da matéria provada, sendo que as limitações físicas de natureza permanente afectam gravemente a sua actividade profissional e o seu dia-a-dia.
 25. Violou assim a decisão recorrida os artigos 487º e 489º, nº 3, do CC de Macau.
 26. Dir-se-á assim que os danos não patrimoniais sofridos pela recorrente seriam ressarcíveis com uma indemnização global de MOP1,000,000.00 (um milhão de patacas), tal como foi peticionado pela recorrente no seu pedido de indemnização, valor que se mostra perfeitamente equilibrado, adequada e razoável, em conformidade, aliás, com os valores arbitrados pelos tribunais de Macau.
 27. Quanto à incapacidade permanente parcial de 30% de que a recorrente padece, estamos perante um dano actual, o chamado “dano biológico”, enquanto lesivo do direito à saúde que assiste à recorrente.
 28. Essa incapacidade permanente parcial de 30% corresponde obrigatoriamente a uma perda de capacidade funcional e aquisitiva, com reflexos particularmente negativos não só ao nível da produtividade da ofendida, por exemplo, no seu trabalho de agente predial, mas igualmente ao nível da sua qualidade de vida e nos seus trabalhos do dia-a-dia – vide, em particular, relatório pericial de fls. 276 dos autos.
 29. Sendo que, no cômputo da respectiva indemnização, deve atender-se ao disposto no nº 5 do artigo 560º do CC, bem como recorrer a um juízo de equidade nos termos do nº 6 daquele artigo.
 30. Ora, o tribunal recorrido entendeu fixar uma compensação, a esse título, de apenas MOP516,672.00.
 31. E fê-lo não através do disposto no nº 5 do artigo 560º do CC ou através do recurso e um juízo de equidade nos termos do nº 6 daquele artigo, mas com base numa fórmula que, em boa verdade, não se aplica, de todo, à recorrente na medida em que a mesma não é guarda nem empregada de limpeza nem tão pouco auferia apenas aquele salário mínimo.

-
32. No caso dos autos, ponderando toda a factualidade dada como provada e particularmente a actividade profissional da recorrente, a sua idade e os próprios critérios de equidade que aqui devem presidir, considera-se como equitativo e adequado o valor de MOP800.000,00 (oitocentas mil patacas), tal como foi peticionado pela recorrente no seu articulado superveniente.
33. Quantia essa que se mostraria equilibrada, adequada e razoável de forma a ressarcir, na medida do possível, a perda de capacidade permanente de 30% de que aquela passou a padecer por força do acidente de viação em causa.
34. Violou assim a decisão recorrida o disposto nos nºs 5 e 6 do artigo 560º do CC.
35. O tribunal recorrido incorreu num erro de julgamento ao aceitar apenas o valor de MOP2,250.00 a título de reparação do ciclomotor CM-XXXXX, e não o valor de MOP\$9,780.00 que vem comprovado documentalmente a fls. 164 dos autos.
36. Termos em que se requer a V.Exas. se dignem aceitar este valor de MOP9,780.00 a título de despesas com a reparação do referido ciclomotor da recorrente.
37. Condição liminar para os danos futuros poderem ser atendidos é que eles sejam previsíveis, nos termos do artigo 558º, nº 2, do CC.
38. Os danos futuros só serão susceptíveis de consideração se for notório que eles hão-de forçosamente verificar-se; no mínimo dos mínimos, que hão-de verificar-se segundo toda a probabilidade.
39. Ora, no presente caso é indiscutível que a recorrente ainda está incapacitada para trabalhar.
40. Teria, pois, que o tribunal recorrido proceder ao cálculo da indemnização com base na perda de rendimentos futuros por força da incapacidade de trabalho de que aquela demandante ainda padece, tal como resulta dos relatórios médicos juntos aos autos.
41. Descurrou assim o tribunal recorrido em fixar essa indemnização bem sabendo do estado de saúde da recorrente que não lhe permite desenvolver a sua actividade profissional, sendo que, segundo critérios de verosimilhança ou probabilidade, e de acordo com o que, no caso concreto, poderá vir a acontecer, segundo o curso normal das coisas, é muito provável que a recorrente não possa voltar a trabalhar.
42. Deveria assim o tribunal recorrido, tal como se disse, ter fixado uma indemnização pelos danos a título de lucros cessantes com referência aos rendimentos que a recorrente deixou de auferir desde aquela data (1/9/2016) até ao tempo em que estará em condições, porventura, de voltar a trabalhar.
43. Sendo que, neste aspecto, deveria o tribunal recorrido ter relegado para a execução da sentença a liquidação do montante dos referidos prejuízos, até à obtenção da capacidade para trabalhar por parte da recorrente, por força da aplicação do disposto no artigo 564º, nº 2 do CPC, o que se requer, desde já, a V. Exas.
44. Por último, entende a ora recorrente que os juros de mora por responsabilidade civil na sequência do acidente de viação ora em discussão não devem ser apurados desde o trânsito em julgado da decisão recorrida, como defendido pelo Tribunal a quo.
45. Antes, devem ser calculados a partir da data da decisão da 1ª instância, não só os referentes ao quantum indemnizatório dos danos patrimoniais como também os relativos ao quantum dos danos não patrimoniais.
46. Pelo que se requer a V. Exas. se dignem revogar a decisão recorrida também nessa parte.
- Termos em que se requer a V. Exas. se dignem revogar a decisão recorrida no sentido de que a Ré seguradora seja condenada a pagar à ora recorrente uma indemnização global de MOP2,598,546.52 (MOP72,766.52 + MOP9,780.00 + MOP716.000,00 + MOP800.000,00 + MOP1,000,000.00), por virtude de se encontrar dentro do limite da apólice de seguro de

第二被告 B 就上訴人所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 上訴人是質疑法院自由心證之形成，根據《刑事訴訟法典》第 114 條之規定，法院自由心證不得被質疑的。
2. 被上訴的判決完全正確，而且沒有可被質疑的地方，以及沒有出現相互矛盾的證明事實。

綜上所述，駁回本上訴，維持原有之裁判。

民事被請求人 XX 保險有限公司就上訴人所提出的上訴內容作出答覆。²

MOP3,000,000.00 a que está vinculada (cfr. doc. De fls. 178), devendo acrescer à referida quantia juros de mora, à taxa legal, a partir da data da decisão da 1ª instância até integral pagamento.

Mais se requer a V. Exas. se dignem relegar para execução da sentença a liquidação do montante dos danos, a título de lucros cessantes, com referência aos rendimentos que a recorrente deixou de auferir desde 1/9/2016 até à obtenção da capacidade para trabalhar por parte desta, por força da aplicação do disposto no artigo 564º, nº 2 do CPC.

² 其葡文內容如下：

1. O acórdão recorrido não enferma de erro notório na apreciação da prova.
2. O acórdão recorrido escolheu correctamente as informações constantes na perícia médica de fls 276, a qual faz prova plena em tribunal para determinar as lesões da recorrente e as datas em que esta esteve com incapacidade temporária absoluta e, ainda, para determinar a taxa das sua incapacidade parcial permanente.
3. O que a recorrente está a colocar em causa é o princípio da livre apreciação de provas pelo tribunal, o que, legalmente, não lhe é permitido.
4. No caso vertente o tribunal, de acordo com o seu livre entendimento, e face, como acima se referiu, à existência nos autos de uma perícia médica que não foi posta em causa por nenhuma das partes, balizou o período de incapacidade temporária absoluta da recorrente com base nessa mesma perícia e determinou o pagamento das despesas médicas durante esse período.
5. Ora, isso não significa que tenha havido erro na apreciação da prova mas sim que o Tribunal, ponderadas as provas apresentadas, não ficou convencido da veracidade de alguns dos relatórios médicos apresentados pela recorrente e da necessidade daqueles tratamentos e/ou da correlação dos mesmos como as lesões sofridas naquele acidente de viação em concreto e optou e bem pela perícia médica.
6. O montante indemnizatório atribuído a título de danos não patrimoniais peca, por excessivo, pois não existe qualquer razão justificativa para o montante atribuído, face às lesões sofridas pela recorrente e ao tempo que estas demoraram para se recuperar.

駐本院助理檢察長並無發表法律意見。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 2015 年 3 月 4 日下午約 2 時 45 分，的士司機 B(嫌犯)駕駛車牌號碼 MT-XX-XX 之的士（輕型汽車）沿澳門葡京路行車天橋行駛，方向由八角亭往羅理基博士大馬路。
- 上述行車天橋可供雙向行車，嫌犯當時所處的行車路段呈彎狀，被劃分為一條行車線，行車線寬度約三點四米至四點一米。

-
7. O montante atribuído pelo tribunal a título de compensação pela incapacidade parcial permanente da recorrente está correcto.
 8. Ao invés do referido pela recorrente a indemnização foi atribuída segundo critérios justos, de equidade e equilíbrio e o salário que foi levado em conta para chegar ao valor final foi o salário mínimo uma vez que a recorrente não conseguiu fazer prova em tribunal de qualquer salário por si auferido.
 9. Relativamente às despesas médicas e medicamentosas nenhuma censura as pode atribuir ao douto acórdão, ora recorrido, pois o douto colectivo bem andou ao condenar a recorrida no pagamento das despesas médicas tidas pela recorrente até ao dia 1 de Setembro de 2016, data em que segundo a perícia médica a mesma teve alta.
 10. O douto acórdão recorrido foi até mais longe, pois aceitou que a recorrida fosse obrigada a pagar à recorrente as despesas médicas e medicamentosas futuras caso se verifique a necessidade de alteração da articulação artificial do joelho, relegando para execução de sentença a determinação concreta dos seus montantes.
 11. O acórdão recorrido está também correcto ao considerar que as despesas de reparação do motociclo ascenderam apenas a MOP\$2.550,00, face aos diminutos danos por este sofrido.
 12. Quanto à alegada perca de rendimentos durante o período de convalescença e aos lucros cessantes bem fez o acórdão recorrido em não atribuir qualquer compensação, pois a recorrente não fez prova de que tenha perdido qualquer montante a título de rendimento mensal nem na data da sua incapacidade temporária absoluta nem posteriormente.

Nestes termos, nos melhores de Direito e sempre com o Mui Douto suprimento de V. Excelências, deve, pelas apontadas razões, ser mantido, na íntegra, o acórdão recorrido, assim se fazendo a esperada e sã Justiça!

- 在同一行車線內，A (被害人) 駕駛的車牌號碼 CM-XXXXX 之輕型電單車在嫌犯左前方不遠處正常行駛。當時，該電單車與嫌犯所駕的士同向行駛，且所處位置完全在嫌犯視線範圍之內。
- 當沿天橋彎路開始左轉不久，嫌犯清楚看到被害人在其左前方不遠處，但其在未有事先確定兩車側面是否有足夠安全距離的情況下，輕率地沿被害人的右側從後超車。
- 結果在超車過程中，由於兩車間的側面水平間距過窄，嫌犯所駕的士之土後視鏡碰到被害人所駕電單車，導致被害人所駕電單車失控，連人帶車跌倒地上受傷。
- 意外發生後，被害人先後被送往仁伯爵綜合醫院及鏡湖醫院診治，並於事發日起在鏡湖醫院接受住院治療至 2015 年 3 月 6 日，再於同日轉到香港醫療機構住院接受內固定手術治療共約二十三日，及後再繼續在仁伯爵綜合醫院物理治療科接受治療。經醫院診斷後，證實上述碰撞直接導致被害人左脛骨平臺、左腓骨近段粉碎性骨折、左股骨外髁骨折及左髕骨半脫位。
- 依據法醫於 2015 年 8 月 25 日所作之鑑定，被害人當時尚未痊癒，其左膝關節僵硬、輕度腫脹及屈伸活動中度受限。被害人之上述傷患特徵符合鈍物或其類似物 (交通意外) 所致，需長達九至十二個月康復 (以其主診醫生判定之康復期為準)。該等傷患使被害人長期患病，因而對其身體完整性構成了嚴重傷害，亦或將有留左膝關節功能障礙的後遺症 (參見載於偵查卷宗第 33 頁之臨床法醫學鑑定書，在此視為完全轉錄)。
- 事故亦造成被害人駕駛之上述電單車受損 (參見載於偵查卷宗第 21 頁由治安警察局交警警司處出具的「車輛檢查表」)，維修費用不詳。
- 事故發生時天氣由晴轉陰，但地面乾爽，行車天橋之交通正常。
- 嫌犯作為職業司機，駕駛的士行車期間，在未能事前確保不會

導致交通危險之情況下，輕率地進行超越前車之操作，從而違反了謹慎駕駛的義務，並直接導致事故的發生，造成他人受傷及所駕車輛受損。

- 嫌犯是在自由及清醒的狀態下作出上述過失行為，且知道其行為違法，會受相應之法律制裁。
- 民事損害賠償請求中獲證明屬實的事實如下：
- 因是次交通意外之發生而花費之醫療費用、藥物費用及物理治療等費用，當中部分由宏利保險支付（見附件 2 至附件 8 及附件 20），而原告則合共支付了 MOP\$18,080.50。（見附件 9 至附件 19 及附件 21 至附件 30）
- 是次交通意外之發生，原告為就診、物理治療及外出而花費的交通費用為 MOP1,989.00。（見附件 31 至 39）
- 是次交通意外之發生，原告來回香港就診而乘船的費用為 MOP1,800.00。
- 原告因是次交通意外之發生而花費的物理治療輔助工具、輔助步行工具及治痛消炎藥物等為 MOP\$837.00。（見附件 43 至 45）
- 原告因是次交通意外之發生需要購買輪椅及拐杖，合共費用為 MOP\$3,515.00。（見附件 46-47）
- 是次交通意外之發生而花費的拖車費用為 MOP\$300.00。（見附件 48）
- 原告的電單車維修費為澳門幣 2,550 元（見第 21 頁及第 164 頁第 1、第 8 及第 12 項）。
- 原告案發後因為腿部傷痛，造成生活上的不便，於 2015 年 4 月至 2015 年 10 月須聘請 C 照顧其起居飲食，合共費用為 MOP\$31,400.00。（見附件 49 至 54）
- 原告案發後因為腿部傷痛，造成生活上的不便，於 2015 年 4 月至 2015 年 10 月須聘請 C 照顧其起居飲食是次交通意外的發

生，導致原告由 2015 年 3 月 4 日至 2015 年 3 月 28 日住院，共 24 日，出院後，繼續在仁伯爵綜合醫院物理治療科接受治療。

- 交通意外發生時，原告是 XX 物業一人有限公司的東主。
- 原告意外後及送院治療期間，承受了巨大的疼痛。
- 原告的骨折患處所產生的痛楚，不論是住院期間及物理治療期間均導致其食慾不振、脾氣暴躁及經常性失眠。
- 即使原告在晚上能夠入睡，但經常會夢見被汽車撞倒並受傷，總是在恐懼中驚醒。
- 每當天氣驟變，左腿之傷患部位特別疼痛，此等疼痛在可見的未來亦不可能康復，將長期折磨原告。
- 案發後，原告因為左膝部傷患問題，無法進行喜愛的運動，令其感到痛苦。
- 原告年齡 42 歲，正值壯年，本應是發展事業的最佳時期，現在每日仍遭受左腳疼痛，又擔心自己的康復情況，因而情緒長期處於低落及自卑。
- 交通意外所帶來的傷害使原告行動不便，須依賴丈夫費心照顧，由於丈夫是家庭的經濟之柱，除了需要照顧原告，仍需要上班工作，丈夫為此奔波勞累，這一切看在原告的眼內，使原告傷痛難受。
- 不論是原告或是其家庭成員都飽受精神上的痛苦，在意外的陰霾下，家庭失去了以往的歡欣。
- 原告接受主診醫生給予病假從 2015 年 3 月 4 日到 2016 年 9 月 1 日止，且 X-光檢查示骨折已癒合，原告已醫學上治癒。因此其暫時無能力應為從 2015 年 3 月 4 日到 2016 年 9 月 1 日止。因原告現仍遺留左膝關節於步行時打軟腿和疼痛，左膝關節存有活動受限和活動時有聲響，因左膝關節痛致步行上、落樓梯困難和不能下跪。因左膝痛致步行困難和一次步行不能超過 15

分鐘。左膝活動受限，左膝伸直較正常減少 20 度。左膝只能屈曲至 100 度，較正常減少 40 度。根據第 40/95/M 號法令附件之無能力表第 49^o 條 a) 項 1) 之無能力減值系數 (0.10-0.30) 之規定，其“長期部份無能力” (**Incapacidade Permanente Parcial I.P.P**) 評定為 30%。” (見卷宗第 276 頁，有關內容在此視為完全轉錄)

- 原告在交通意外發生時經營地產公司，其工作範圍尚包括地產經紀職務，當中需要陪同客人到各區參觀樓宇單位及提供中介服務，然而，交通意外的發生導致其步行困難。(見文件 1 及 2)
- 由於原告的左膝關節因交通意外而造成傷害及長期疼痛，根據主診醫生 X 的建議及所發生的證明書，原告在將來尚需要更換人工膝關節 (見文件 3)。
- 原告續後接受治療至 2016 年 9 月 1 日之醫療費、藥物及交通費用方面合共花費 MOP11,773.4，資料如下：
 - 1) 澳門衛生局，共花費 MOP2,060.00 ; (見文件 10 至 19)
 - 2) xxx 跌打藥酒，花費 MOP76.00 ; (見文件 20)
 - 3) 香港 xx 專科醫療中心，共花費 HKD7,200.00，折合 MOP7,416.00 (見文件 21 至 22); 及
 - 4) 香港的交通費及船票，共花費 MOP2,221.40 (當中 HKD1,486.8 折合為 MOP1,531.40)。(見文件 24 至 26)
- 民事答辯狀中獲證明屬實的事實如下：
- A R., ora contestante, aceita que, na data do acidente, a responsabilidade cível perante terceiros, emergente da circulação do veículo de matrícula MT-XX-XX, havia sido transferida por X para a R., através do contrato de seguro titulado pela apólice nº ..., do ramo automóvel. (cfr. doc. nº 1)
- 同時，亦證明下列事實：

- 根據刑事紀錄證明，為初犯。
- 嫌犯的個人及家庭狀況如下：
- 嫌犯為的士司機，月入澳門幣 10,000 元至 12,000 元。
- 需供養父母、外父母及二名未成年女兒。
- 學歷為大學畢業。

未獲證明之事實：載於民事損害賠償請求及民事答辯狀內之其他事實。

三、法律部份

民事原告對原審法院的判決的民事部分提出上訴，提出了以下的上訴理由：

- 原審法院的判決陷入了審查證據方面的明顯錯誤，因為，第一，原審法院認為上訴人的部分永久無能力發生於 2015-3-4 至 2016-9-1 之後不需要任何的醫學跟蹤，所以不需要判決之後請求的醫療費用，然而根據卷宗的 276 頁的臨床醫學鑑定以及第 288-289、372 頁的醫療報告，而得出完全不符合邏輯的結論。因此，法院應該判處上訴人所請求的 3072 .62 澳門元的醫療費用的賠償要求。第二，上訴人在傷殘期間不能收取的工資收入以及將來的工資收入損失方面的審理應該得到證實而沒有得到證實；即使沒有證實上訴人存在工資損失，法院也應該依照民法典第 560 條第六款所規定按照衡平原則確定上訴人因長期無能力而受到工資損失。

- 確定的精神損害賠償金額過低；

- 在物質損失賠償方面，原審法院應該根據上訴人受到 30%工作能力的永久損害確定這部分的“生物傷害”，獨立於精神損害而得到賠償；

- 法院確定的治療期間之外而仍然需要就醫而產生的醫療、醫藥費用；

- 電單車的修理費用的賠償；
- 將來損失部分的賠償的；
- 遲延利息的開始計算時間的確定，尤其是精神損害賠償部分，不應該在判決生效之後起算。

我們逐一看看。

審查證據方面的明顯錯誤

上訴人就原審法院的涉及的賠償金額僅為法院應該判處上訴人所請求的 3072 .62 澳門元的醫療費用的賠償以及上訴人的治療期間的工資損失的事實認定方面存在如題的瑕疵，應該予以改判。

眾所周知，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 C 項所規定的“審查證據方面明顯有錯誤”的瑕疵是指，對於原審法庭所認定的既證事實及未被其認定的事實，任何一個能閱讀原審合議庭判決書內容的人士在閱讀後，按照人們日常生活的經驗法則，均會認為原審法庭對案中爭議事實的審判結果屬明顯不合理，或法院從某一被視為認定的事實中得出一個邏輯上不可被接受的結論，又或者法院在審查證據時違反了必須遵守的有關證據價值的規則或一般的經驗法則，而這種錯誤必須是顯而易見的錯誤。³

我們一貫堅持，事實審理的自由心證是刑事訴訟的核心原則，而法官，在運用法律所賦予的審理證據的自由時，需要遵循法律對此自由附加的證據原則和客觀標準，遵守一般的生活經驗法則的義務。法律要求法院在審理證據的時候必須對證據作出批判性分析，尤其是指出作為心證所依據的證據。只有這樣，上訴法院才可能對是否存在事實審理的無效情況作出審理。法律也不期望上訴法院以其心證代替原審法院所形成的心證，更不容許上訴人以己心證去質疑法律所保護的自由心證。法院所采取的證人的證言並作出理由說明，只要不存在違反一般生活常理，所得出的結論完

³ 參見中級法院於 2014 年 4 月 3 日在第 602/2011 號上訴案件、於 2014 年 5 月 29 日在第 115/2014 號上訴案件等。

全是法官的自由心證的範圍，不能成為上訴的標的。

如果僅僅不同意原審法院的審理而以此質疑法院的自由心證，則是明顯不能成立的上訴理由。

關於第一個方面，事實上，雖然原審法院認定了上訴人於 2016 年 9 月 1 日已經被診斷為醫學上痊愈而不認定之後的所有醫療費用，但是，從原審法院的判決書的理由說明部分可見，原審法院單純依照根據卷宗的 276 頁的臨床醫學鑑定作出認定，而沒有對第 288-289、372 頁的醫療報告作出審理，尤其是沒有對上訴人在以第 154-164 頁、197-205 頁、第 311-340 頁以及第 362-372 頁的請求書追加請求賠償金額的請求作出審理，或者至少必須在說理上排除這些費用與交通意外手的傷害沒有因果關係，這不是審理證據的明顯錯誤的瑕疵，而是一種審理的缺乏，構成刑事訴訟法典第 4 條准用的民事訴訟法典第 571 條第一款 d 項規定的缺乏審理應該審理的問題的瑕疵，而引起判決書相關部分無效的結果的問題。

由於這部分的事實涉及對上訴人是否在花費上述請求的醫療費用之時已經痊愈的認定問題，而並非單純確定醫療費用的單據的認定的問題，上訴法院沒有條件對此證據作出審理，應該由原審法院的同一合議庭必須重新對該證據作出審理，重新認定事實，然後作出決定。⁴

關於第二方面的問題，在本案中，原審法院在認定這部分的事實時說明了其理由：

“針對原告的工資收入，鑒於原告為 XX 物業一人有限公司的東主，法庭不能接受原告提出其為員工且每月收取固定底薪、交通津貼、膳食津貼及電話津貼等說法，又鑒於原告未能向法庭提交其公司對於財政局申報收入的文件，因此，本院無法認定原告的具體收入。”

上訴人在提出民事請求的時候，提交了第 140-143 頁的第 55 號文件，以證明上訴人的工資收入。

⁴ 參見中級法院於 2018 年 6 月 28 日在第 1150/2017 號上訴案的判決。

雖然，這些文件並非具有完全法定效力的文件，對它的審理完全在於法院的自由心證的範圍，尤其是對它的內容的可信度以及對事實的可證明力，完全取決於法院的自由審理，但是，原審法院祇是在認定了“交通意外發生時，原告是 XX 物業一人有限公司的東主”的事實後，不接受依這些文件上訴人僅以一個職員的身分出現而收取正常的薪金和各種津貼的內容，卻得出不能證實上訴人的具體收入的結論。

作為一個物業公司的東主以及地產中介經紀人，肯定有收入，那麼，原審法院所得出的沒有收入的結論在邏輯上讓人無法接受，很明顯，陷入了審理證據方面的錯誤。

因此，就這部分的事實，應該根據刑事訴訟法典第 418 條的規定發回原審法院，由沒有接入的法官組成新的合議庭進行重新審理。

由於作出了這個決定，上述的發回原審法院由原來的合議庭重審的決定就應該改為由新的合議庭進行審理了。

精神損害賠償

《民法典》第 489 條規定了非財產之損害的制度：

“一、在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

二、因受害人死亡，就非財產之損害之賠償請求權，由其未事實分居之配偶及子女、或由其未事實分居之配偶及其他直系血親卑親屬共同享有；如無上述親屬，則由與受害人有事實婚關係之人及受害人之父母、或由與受害人有事實婚關係之人及其他直系血親尊親屬共同享有；次之，由受害人之兄弟姊妹或替代其兄弟姊妹地位之甥姪享有。

三、損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第四百八十七條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人所受之非財產損害。”

也就是說，本案所涉及的是對過失而產生的精神損害賠償或非物質

損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，⁵ 而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。⁶

我們理解，人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人的精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人的到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。

我們也不能不考慮這些年來澳門社會經濟所發生的變化，物質價值的不斷增長，我們應該讓人的身心健康、精神健康的損害的“安慰價值”得到相應的體現。

從上述的民事請求所載已證事實中顯示：

- 意外發生後，被害人先後被送往仁伯爵綜合醫院及鏡湖醫院診治，並於事發日起在鏡湖醫院接受住院治療至 2015 年 3 月 6 日，再於同日轉到香港醫療機構住院接受內固定手術治療共約二十三日，及後再繼續在仁伯爵綜合醫院物理治療科接受治療。經醫院診斷後，證實上述碰撞直接導致被害人左脛骨平臺、左腓骨近段粉碎性骨折、左股骨外髁骨折及左髕骨半脫位。
- 依據法醫於 2015 年 8 月 25 日所作之鑑定，被害人當時尚未痊癒，其左膝關節僵硬、輕度腫脹及屈伸活動中度受限。被害人之上述傷患……，需長達九至十二個月康復。該等傷患使被害人長期患病，因而對其身體完整性構成了嚴重傷害，亦或將有留左膝關節功能障礙的後遺症。
- 原告案發後因為腿部傷痛，造成生活上的不便，於 2015 年 4 月至 2015 年 10 月須聘請 C 照顧其起居飲食；
- 是次交通意外的發生，導致原告由 2015 年 3 月 4 日至 2015 年 3 月 28 日住院，共 24 日，出院後，繼續在仁伯爵綜合醫院物

⁵ 參見中級法院 2000 年 6 月 15 日第 997 號民事上訴案合議庭裁判。

⁶ 參見中級法院 2005 年 4 月 7 日第 59/2005 號刑事上訴案合議庭裁判。

理治療科接受治療。

- 原告意外後及送院治療期間，承受了巨大的疼痛。
- 原告的骨折患處所產生的痛楚，不論是住院期間及物理治療期間均導致其食慾不振、脾氣暴躁及經常性失眠。
- 即使原告在晚上能夠入睡，但經常會夢見被汽車撞倒並受傷，總是在恐懼中驚醒。
- 每當天氣驟變，左腿之傷患部位特別疼痛，此等疼痛在可見的未來亦不可能康復，將長期折磨原告。
- 案發後，原告因為左膝部傷患問題，無法進行喜愛的運動，令其感到痛苦。
- 原告年齡 42 歲，正值壯年，本應是發展事業的最佳時期，現在每日仍遭受左腳疼痛，又擔心自己的康復情況，因而情緒長期處於低落及自卑。
- 交通意外所帶來的傷害使原告行動不便，須依賴丈夫費心照顧，由於丈夫是家庭的經濟之柱，除了需要照顧原告，仍需要上班工作，丈夫為此奔波勞累，這一切看在原告的眼內，使原告傷痛難受。
- 不論是原告或是其家庭成員都飽受精神上的痛苦，在意外的陰霾下，家庭失去了以往的歡欣。
- 其暫時無能力應為從 2015 年 3 月 4 日到 2016 年 9 月 1 日止。
- 因原告現仍遺留左膝關節於步行時打軟腿和疼痛，左膝關節存有活動受限和活動時有聲響，因左膝關節痛致步行上、落樓梯困難和不能下跪。因左膝痛致步行困難和一次步行不能超過 15 分鐘。左膝活動受限，左膝伸直較正常減少 20 度。左膝只能屈曲至 100 度，較正常減少 40 度，其“長期部份無能力”(I.P.P) 評定為 30%。

有關受害人的身體肢體的受傷程度曾有生命危險，接受治療的時間、過程，傷殘率 (30%) 及其對其生活、工作的影響程度，當然還包括因

無過失而引起的民事責任的相對減輕賠償責任的情況，並且根據終審法院在多個司法見解中所認為的“受害人的經濟狀況愈好時賠償愈低”⁷的原則，顯而易見，原審法庭所釐定的精神賠償澳門幣 40 萬元可以適當予以提高，我們認為確定為 60 萬澳門元比較合適。

工作能力的永久損害

關於 30%的傷殘率的損失，上訴人確實在追加的請求中增加了這部分的賠償請求，請求裁定 80 萬澳門元的損失賠償。原審法院也確實對此請求作出了審理，但以澳門規定管理公司職員最低工資中所規定的最低基數予以結算而裁定賠償金額為澳門幣 516672 元。

關於確定了人體的部分永久傷殘率（IPP）之後，這種被稱之為“生物實質損害”可以獨立得到賠償，甚至從精神損害的賠償法律依據得到賠償的肯定後，放進物質損害賠償一類計算之。這種主張在 2007 年 2 月 8 日在第 9/2006 號上訴案作出了裁判。而終審法院在因此案而對上訴作出審理的時候維持了這種理解，並確認了：“因長期部分或全部無能力而喪失收入能力是可賠償的，即使受害人仍保持受傷前所獲取的薪酬亦然”的司法見解，以及最近的 2018 年 7 月 11 日在第 39/2018 號案件中也維持了這種見解。

因為“受害人已遭受了損失，不是將來的損失，而是現行的損失。受害人自其出院時始其收入能力即減低，最終及不可挽回地，其將來之無能力達 30%(總體無能力)，這屬於一項現在的損失，而不是將來的，如果受害人因其無能力而變為獲取一項低於現行之薪酬或不能獲取任何工作酬勞的話，那差異部分的工作收益可以構成將來之損失。僅僅收入的喪失是一項將來之損失，但收入能力的喪失則是一項已受到(現已存在)和可查證的損失。因此，這是一項已確認的損失，不是一項將失去的收益。”

上訴人有權得到這部分損失的賠償。

⁷ 參見終審法院 2009 年 12 月 17 日在第 32/2009 號案以及於 2018 年 7 月 11 日在第 39/2018 號案中的裁判。

本文中，明顯是不可能恢復原貌，受害人處於 30%長期無能力狀態且不可能恢復，考慮這種損害的賠償是根據《民法典》第 560 條所規定的，應以金錢訂定對其的賠償。

根據《民法典》第 560 條規定：

“一、如不能恢復原狀，則損害賠償應以金錢定出。

二、如恢復原狀雖為可能，但不足以全部彌補損害，則對恢復原狀所未彌補之損害部分，以金錢定出其損害賠償。

三、如恢復原狀使債務人負擔過重，則損害賠償亦以金錢定出。

四、然而，如導致損害之事件仍未終止，受害人有權請求終止，而不適用上款所指之限制，但所顯示之受害人利益屬微不足道者除外。

五、定出金錢之損害賠償時，須衡量受害人於法院所能考慮之最近日期之財產狀況與如未受損害而在同一日即應有之財產狀況之差額；但不影響其他條文規定之適用。

六、如不能查明損害之準確價值，則法院須在其認為證實之損害範圍內按衡平原則作出判定。”

適用衡平原則所要考慮的事實因素一般有，如受害人的年齡、受傷害前的身體狀況、現行的薪酬及工作、學歷、其在受害前後職業上的希望值等。

關於此點，有必要回顧：

- 交通意外發生時，原告是 XX 物業一人有限公司的東主；
- 原告年齡 42 歲；
- 原告在交通意外發生時經營地產公司，其工作範圍尚包括地產經紀職務。

雖然沒有證實上訴人的工資收入，但是，我們認為，無需等待新的合議庭對這部分事實的認定已經足以作出決定。因此，就本案的訴訟標的來看，上訴人要求確定 80 萬元的這部分的賠償金額，根據已證事實以及上訴人的生活、社會條件以及傷殘的程度以及影響，應該予以支持。

上訴人這方面的上訴理由成立，訴訟請求成立。

將來工資的損失賠償

《民法典》第 558 條規定了損害賠償的計算原則：

“一、損害賠償義務之範圍不僅包括侵害所造成之損失，亦包括受害人因受侵害而喪失之利益。

二、在定出損害賠償時，只要可預見將來之損害，法院亦得考慮之；如將來之損害不可確定，則須留待以後方就有關損害賠償作出決定。”

我們知道，如果受害人因事故失去工作，那麼其因此而產生工作收入的損失就包括的將來的收益損失（就是葡文的 *perda dos lucros cessantes*）。

可以肯定，由於原審法院證實民事原告具有 30% 的傷殘率，因此而失去 30% 的賺取工資的能力，僅憑此事實，對於確定將來收入損失這些本來就必須考慮很多不確定因素的請求，以及法律賦予法院對此依照衡平原則作出裁判的權力，應該對這個法益作出保護，而使受害人得到應有的賠償。

然而，由於本合議庭作出了上述發回重審以查明上訴人的具體收入的事實的決定，那麼，作為具有重要因素的工作收入的事實對於決定本上訴問題具有重要意義，原審法院應該在查明該事實之後，作出具體賠償金額的決定。

電單車的維修費用

上訴人認為應該根據卷宗第 164 頁的維修單據的實際維修費用作出判決。沒有理由。

原審法院正確地根據交通局在第 21 頁的車輛檢查報告所載明的車輛損毀的兩個項目確定應該收取的維修費用的項目，沒有任何的錯誤，應該予以維持。而原告所作出的“搭單”更換零件的部分費用不應該由民事被告承擔。

遲延利息的開始計算

最後關於遲延利息的開始計算問題，原審法院並沒有就此作出任何的決定，因此，根據終審法院的 2011 年 3 月 2 日在第 69/2010 號案的統一司法見解，原審法院的判決沒有被上訴部分的遲延利息按照原審法院的判決之日起算，其餘部分按本院的判決之日起算。

由於原審法院還有一部分賠償金額留待執行判決作結算而未能確定是否對保險公司的判決賠償金額超過起保險的 300 萬澳門元的限額，如果超出，超出部分將由第二民事被告承擔賠償。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由部分成立，作出符合上述裁判的決定。

本程序的訴訟費用由上訴人和被上訴保險公司按落敗比例分別支付，以及各自支付，上訴人 3 個計算單位，被上訴保險公司 5 個計算單位的司法費。

澳門特別行政區，2018 年 7 月 26 日

蔡武彬

陳廣勝

司徒民正 (Segue declaração)

Declaração de voto

Vencido.

Em nossa opinião, afigura-se-nos que o douto Acórdão que antecede não interpretou correctamente a motivação e conclusões do presente recurso, e, desta forma, as “questões” trazidas à apreciação deste T.S.I., nomeadamente, no que toca ao “período de convalescença” do recorrente, (demandante), mostrando-se-nos também que, no que toca ao decidido em relação às “despesas médicas”, a haver “vício”, o mesmo seria o de “insuficiência da matéria de facto provada para a decisão”.

Por sua vez, cremos que sem que apurado (ou decidido) esteja o “período de tempo que o recorrente necessitou para se recuperar das lesões”, adequada não se apresenta a fixação do quantum a título de indemnização pelos “danos não patrimoniais”, afigurando-se-nos também (algo) excessivos os restantes montantes arbitrados.

Macau, aos 26 de Julho de 2018

José Maria Dias Azedo